

O VALOR ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Agosto de 21010



O VALOR ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

(RESUMO EXECUTIVO)

- O setor de Tecnologia da Informação propõe ao governo e aos candidatos à Presidência da República e aos Governos de Estado um pacto para tornar o Brasil líder em TI entre os países emergentes.
- A indústria brasileira de software e serviços de TI cresce, na média, acima do dobro da expansão do PIB.
- **As entidades do setor propõem ao governo esforços conjuntos para aumentar em, pelo menos, 50 % a participação de TI no PIB, elevando-a dos atuais 3,5% para 5,3% em 2020.**
- A meta de exportações que as entidades do setor propõem ao governo é a de elevar as vendas externas de software e serviços de TI de US\$ 3 bilhões em 2009 para US\$ 20 bilhões em 2020, tornando positiva a balança comercial do setor.
- **O setor de TI propõe ao governo a desoneração dos encargos que incidem sobre salários, mudando a base de tributação em folha das empresas para um percentual do faturamento.**
- As entidades do setor buscam o empenho do governo para que o Congresso aprove uma Lei que dê amparo e segurança jurídica aos processos de terceirização.
- O setor de TI propõe ao poder público aperfeiçoar os mecanismos de compra governamental e de estímulo à inovação para incentivar a criação de soluções de alto valor percebido.
- **A meta para empregos em Tecnologia da Informação é criar 750 mil postos de trabalho até 2020, multiplicando por dois o número de pessoas que trabalham em TI no Brasil.**

O VALOR ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

I. INTRODUÇÃO

As entidades do setor de Tecnologia da Informação que subscrevem este documento acreditam que o Brasil pode e deve se tornar um dos líderes globais desta indústria. Da mesma forma que o País deve saltar de 8ª para 5ª maior economia nas próximas duas décadas, é perfeitamente possível a evolução do Brasil de 8º para 4º maior mercado mundial de TI. Nossa indústria de TI tem porte, conhecimento técnico e capacidade inovadora para ocupar esse lugar. Caberá às empresas, ao governo, à Universidade, aos profissionais e a toda sociedade unir forças para atingir esse objetivo.

Nosso setor é parte do complexo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que tem um peso de 8,3% no Produto Interno Bruto. Como o setor cresce acima do dobro da expansão do PIB, temos como meta ampliar peso de TI no PIB em, pelo menos, 50% nos próximos 10 anos, dos atuais 3,5% para 5,3%. Com o advento da "computação em nuvem" e da virtualização de sistemas, os modelos atuais de software e de serviços de TI já estão sendo questionados. O mundo, em dez anos, não será resultado do avanço linear do que temos hoje. Há o fenômeno avassalador da mobilidade e a explosão das redes sociais. Mais competitivas serão as economias dos países que melhor captarem essa evolução da tecnologia. Achamos que o Brasil deve estar entre eles, como protagonista.

II. UMA NOVA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Os próximos governos da União e dos Estados terão especial responsabilidade no sentido de se criar um ambiente mais favorável à indústria de TI. Softwares e serviços de TI são negociados globalmente; barreiras naturais e alfandegárias praticamente inexistem. A competitividade é global e os empregos podem migrar de um país para outro rapidamente. Assim, é necessário que haja uma relativa isonomia de tributação e de qualificação do capital humano entre os países.

Hoje, os serviços públicos, as inúmeras modalidades de transações financeiras e comerciais, a manufatura, a educação, a saúde e até mesmo o lazer são radicalmente alterados pela convergência das tecnologias de informação e comunicação reunidas na Internet. Por isso, TI é bem mais do que um mero setor da economia. TI é um insumo fundamental para todos os setores econômicos. É a base sobre a qual fluem os serviços e os negócios da economia moderna. Por isso, o governo e o setor privado devem intensificar os esforços para dotar o Brasil de uma moderna infraestrutura de comunicações por banda larga, indispensável para que TI possa ser o instrumento da melhora de gestão em todos os campos da sociedade. Ao mesmo tempo, devem ser redobrados os esforços para se fazer a plena inclusão digital dos milhões de brasileiros que ainda estão à margem da Internet.

III. PERFIL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE SOFTWARE E SERVIÇOS DE TI

No foco deste texto está a indústria de software e serviços de TI, que teve em 2009 um faturamento da ordem de US\$ 22,4 bilhões (*ver classificações na tabela anexa*). TI é um setor de alto significado para o Brasil, pois emprega, diretamente, mais de 600 mil pessoas e paga salários que são o dobro da média nacional. Há, porém, problemas estruturais importantes que precisam ser resolvidos com urgência. O primeiro deles resulta de uma estrutura de tributação defasada que impede o pleno desenvolvimento das companhias e do mercado. Em segundo lugar, a composição empresarial do setor se mostra relativamente dispersa e inalterada: 94% são micro e pequenas empresas; 5%, médias, e apenas 1%, grandes empresas. Entre as PMEs, 50% não superam cinco anos de vida. Assim, a cadeia de valor da indústria de TI, apesar de motivada, tem baixa capacidade econômica, dificuldade de expansão e limitado poder de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

IV. POR UM NOVO MODELO SETORIAL

Pela relevância do mercado interno, pela excelência de soluções e serviços aqui desenvolvidos para áreas importantes da economia, como a financeira, e pela reconhecida qualidade de seus profissionais, o Brasil pode e deve mudar de patamar no mercado mundial de TI. Para que isso ocorra, cabe redefinir a parceria entre o setor público e o setor privado nos seguintes termos:

A) Encargos, tributos e regulação

O financiamento da Previdência Social baseado na incidência de encargos de 20% sobre folha, associado ao Seguro Acidente do Trabalho, FGTS, Salário Educação, Incra e contribuições ao Sistema S, perfaz uma carga direta de 36%. A tais encargos se somam os tributos federais indiretos, PIS e

COFINS, e municipal, ISS. A eles também se juntam os impostos federais diretos, Imposto de Renda de lucro presumido ou lucro real e CSLL. Especialmente os encargos sobre folha representam, nessas empresas altamente intensivas em mão-de-obra, um enorme fator restritivo ao emprego formal.

Dois são os efeitos práticos do atual modelo de encargos sobre folha. De um lado, as companhias vivem sob constante pressão do mercado para reduzir custos trabalhistas. Isso acaba gerando relações bastante conflituosas entre os agentes (empresas, sindicatos e Ministério Público do Trabalho) e, frequentemente, levam à formação de legados trabalhistas que distorcem o valor das companhias, trazem insegurança jurídica para empregadores e empregados e prejudicam a própria arrecadação do governo. De outro lado, esse nível elevado de encargos não encontra paralelo em países concorrentes, como Índia e China, mas também Argentina, Chile e México.

No médio e longo prazo, a manter-se o quadro atual, o fator custos acabará levando o Brasil à condição de exportador de empregos, pois os demandantes tenderão a contratar desenvolvimento de software e serviços em outros países. O que o nosso setor solicita do governo não é a concessão de incentivos fiscais insustentáveis para o Tesouro. O que pedimos é a mudança do modelo de encargos, de modo que ocorra a completa formalização do setor de TI. A partir de uma tributação mais racional, haverá ampliação da base de contribuintes e ganhos de arrecadação do governo; valorização das companhias; aumento dos investimentos; maior competitividade internacional e mais empregos.

É fundamental, ainda, pôr fim à cobrança (indevida) de ICMS nas operações de venda de software. A Lei é clara quanto à incidência de ISS, e não de ICMS, nessas operações. Há de se resolver também o conflito de interesses entre municípios no recolhimento de ISS de empresas de software e serviços. Não é aceitável que estas convivam com a bitributação quando, originárias de um município, vendem software ou prestam serviços em outro. Em segundo lugar, é preciso que a União se empenhe em dar segurança jurídica aos processos de terceirização, hoje precariamente regulados por instruções do Tribunal Superior do Trabalho. O setor precisa de uma Lei estável e confiável nesse campo.

B) Cadeia de valor, compras do governo e fomento

O fortalecimento do setor de TI passa pela evolução do modelo atual de prestação de serviços padronizados e certificados, baseado na competição do melhor preço homem-hora, para um modelo baseado em desenvolvimento de soluções de alto valor percebido. Caberá ao governo um importante fator de estímulo à evolução desse modelo, tanto como contratante quanto como fomentador e financiador da inovação. É recomendável que o governo se disponha a produzir novos *cases* de sucesso, como foi o desenvolvimento do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) pelo Banco Central. Ao tornar-se ele próprio um consumidor mais sofisticado de TI, contratando soluções em áreas como saúde, previdência, educação e governo eletrônico, o governo estimulará o surgimento de idéias inovadoras nas firmas estabelecidas, grandes ou pequenas, de capital nacional ou internacional, e nas empresas iniciantes criadas por pesquisadores acadêmicos de vocação empreendedora.

Como fomentador e financiador da inovação, espera-se que a Propriedade Intelectual gerada pelo governo nesse processo de desenvolvimento possa ser licenciada, sob modelo apropriado, para que gere oportunidades no mercado nacional e internacional. Como contratante, é preciso rever o papel que o setor público acabou desenvolvendo ao longo dos anos, criando grandes empresas estatais que internalizam serviços e soluções perfeitamente terceirizáveis, ao contrário do que tem sido a tendência na iniciativa privada. Essa estrutura de execução de serviços deveria ser repensada, em prol de um modelo modernizado de contratação em que o governo se concentrasse, de fato, no estímulo ao desenvolvimento de soluções inovadoras. Com a elaboração de normas e procedimentos consonantes com a legislação vigente e respeitados os princípios de moralidade, transparência e economicidade, poderiam as entidades da administração pública dar preferência aos bens, serviços e licenças de uso de programas de computador desenvolvidos ou produzidos no território nacional.

Deve também o governo estimular os processos licitatórios por técnica e preço, que reconheçam a qualidade e benefícios diferenciados dos softwares e serviços das empresas de TI. O que o setor privado deseja é uma efetiva parceria com o setor público, em vez de uma competição indesejável. É também recomendável incentivar de maneira mais efetiva os processos de fusão e aquisição, além do financiamento de risco, para que se aumente a musculatura das firmas brasileiras. Deve ser considerado, ainda, o incentivo à formação de consórcios liderados por grandes empresas *hubs* do setor, de modo a fortalecer as PMEs, especialmente, em seu esforço de exportar.

V. EXPORTAÇÕES

As previsões das consultorias internacionais mostram que o fenômeno da terceirização para mercados

externos (*offshoring*) continuará firme, crescendo 20% ao ano. Também o mercado de software segue em expansão, embora em ritmo menos intenso. Assim, o potencial das exportações no mundo é chegar a US\$ 500 bilhões em dez anos, segundo prospecção da associação indiana do setor, a Nasscom. No Brasil, nossa meta deve ser a de aumentar as exportações de software e serviços de TI de US\$ 3 bilhões, em 2009, para US\$ 20 bilhões, em 2020. Está também em nossas metas mudar o patamar das exportações de software e serviços sobre plataformas especializadas. Esse é um mercado de centenas de bilhões de dólares, do qual o Brasil participa com destaque, mas como importador. Devemos encarar o desafio de virar o jogo nesse segmento de mais alto valor. Parte do esforço para vencer essa barreira começou quando as entidades do setor lançaram a marca **Brasil IT+**, com apoio do governo federal. Feitas as reformas necessárias e intensificando-se as ações de apoio e promoção, o setor de TI poderá assumir a liderança da pauta de exportação de serviços do Brasil, dando uma grande contribuição para diminuir o déficit da balança de serviços do País.

VI. RECURSOS HUMANOS

Existe uma carência significativa de profissionais qualificados no setor. Projeções do Observatório Softex apontam, para este ano, um déficit de 71 mil profissionais. Mantendo-se o quadro atual, a falta de profissionais poderá chegar a 200 mil em 2013. Para vencer o desafio de aumentar em 50% o peso relativo do setor de Tecnologia da Informação no PIB, o País precisará incorporar cerca de 750 mil novos profissionais ao mercado. Só para atingirmos exportações de US\$ 20 bilhões por ano, serão necessários 300 mil profissionais, considerando que a cada US\$ 1 bilhão exportado é preciso criar 20 mil postos de trabalho. Já no mercado interno, serão necessários outros 450 mil profissionais.

Esses números são um bom desafio para o Brasil. Um profissional de TI precisa ter o domínio dos fundamentos de matemática e lógica, mas também é indispensável que ele domine a língua inglesa. É impensável atingirmos um nível de internacionalização como proposto acima sem que haja maciça formação em língua inglesa. Caberá ao poder público dar atenção redobrada à boa formação e qualificação profissional. Além de vetor econômico, TI deve ser vista como vetor educacional.

VII. CONCLUSÃO

As oportunidades oferecidas por TI – especialmente de se criar renda e empregos de alto valor – são claras. Entretanto, somos também muito claros no alerta à sociedade: os riscos são enormes, pois os concorrentes não estão parados no mundo. Assim, é fundamental que os problemas sejam resolvidos o quanto antes. Uma nova parceria entre o poder público e o setor privado dará ao País os meios para fazer grandes realizações até 2020 usando TI como um recurso estratégico da Nação.

Perfil do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (2009) - em US\$ bilhões

TIC**	141,9
Comunicações	80,0
Total TI	61,9
Total TI	61,9
Receita da indústria de TI	38,4
Hardware	16,0
Serviços	9,5
Software	5,5
Apoio a processos de negócios (BPO)	4,4
Exportações	3,0
Gastos de TI in-house*	23,5
Exportações de TI	3,0
Software como aplicativo	0,1
Serviços sobre plataforma software	0,3
Serviços offshore	2,6

* Fonte IDC (resultado de 2008 para consumo de TI no setor público e em empresas de todos os setores da economia, exceto TI)

** Fonte: Booz&Co e IDC